

**Resposta 28/02/2019 16:02:43**

DO MERITO Primeiramente, se faz necessário informar que NCC Consultoria Técnica Informática Ltda encaminhou e-mail, impugnando o respectivo edital, a esta Instituição na data de 27.02.2019 às 13h37min (através do e-mail [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br)), assim estando o presente pregão agendado para o dia 07.03.2019 às 09h (horário de Brasília), a impugnação restou tempestiva, sendo interposta dentro do prazo previsto no Decreto nº 5.450/05, art. 18: "Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica." DA ANÁLISE Primeiro vale mencionar que Equipe de Planejamento da Contratação, formalmente instruída pela IS 192 de 06/11/2018 pela Pró-Reitoria de Administração (PRAD) da UFGD realizou previamente à elaboração do Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, documento responsável por embasar nossas escolhas eliminando o risco de uma contratação que nos levasse a resultados insatisfatórios no atendimento a necessidade da administração, desperdício de recurso ou a supressão da ampla competição entre licitantes. Após relatos do ato de impugnação, análise dos procedimentos processuais e ainda consulta ao setor demandante da aquisição (Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação). É pertinente mencionar que tal declaração do fabricante só será exigida, previamente a assinatura do contrato, quando o licitante não for o fabricante dos equipamentos, que por esse motivo deverá o licitante apresentar declaração do fabricante autorizando o a comercializar e prestar os serviços de garantia (especificações técnicas-item4-letra m). Ainda é válido mencionar que tal declaração não faz parte dos requisitos técnicos de habilitação da proposta, por ora, faz correlação com os requisitos de contratação. Nesse sentido decidiu recentemente o Egrégio TCU, verbis: "Nas licitações para contratação de serviços de TI, é irregular a exigência de declaração de credenciamento de fabricantes de hardware e software como requisito de habilitação técnica sem expressa justificativa no processo licitatório e sem prévio exame do impacto dessa exigência na competitividade do certame." Acórdão 2301/2018-Plenário. Ainda o Acórdão 926/2017-Plenário: "A comprovação de credenciamento ou parceria junto a fabricantes, quando imprescindível e desde que devidamente motivada, deve ser exigida como requisito técnico obrigatório da contratada e não como requisito de habilitação das licitantes." Como se observa no Termo de Referência do edital que a declaração será exigida como requisito prévio a contratação, e não como critério de aceitação da proposta, assim declarando que a proponente possua credenciamento para realizar a instalação, configuração e suporte técnico pós-venda de seus produtos. Afinal o objeto a ser contratado, exige suporte técnico, manutenção e reposição de peças ao longo da execução do contrato, portanto, a Administração não pode correr o risco de contratar com uma empresa que por não possa contar com a autorização do fabricante, deixe de fornecer o suporte técnico ao longo do contrato. Também é de conhecimento deste pregoeiro e de sua equipe, que o objeto do edital em certame licitatório deve ser especificado de forma a estabelecer critérios de aceitabilidade e dar igualdade de condições às licitantes, o que se visualiza de forma cristalina no caso concreto. Vale ressaltar que cabe unicamente à Administração, no instrumento convocatório indicar adequadamente o objeto de sua contratação, demonstrando a quantidade desejada e as características exigidas, visando à obtenção de um serviço de qualidade. DA CONCLUSÃO Por fim julgamos NÃO PROCEDENTE o pedido de impugnação apresentado, uma vez que a declaração do fabricante é requisito de contratação e não de habilitação das propostas. Dourados, 28 de Fevereiro de 2019. Paulo Marcelo C. da Silva Pregoeiro